

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR021713/2016
DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 20/05/2016 ÀS 09:01
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, CNPJ n. 91.110.585/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SILVANA MARIA DA SILVA;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUCIANO FRANCISCO HERZOG;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2015 a 27 de maio de 2016 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no Comércio**, com abrangência territorial em **Igrejinha/RS e Três Coroas/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS 2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - RS
46218-009364 2016-69
NÚCLEO DOC. PROTOCOLO

1. Fica estabelecido, para o mês de **Março/15**, os seguintes salários normativos:

- a) Empregados no serviço de limpeza:.....R\$ 973,00 (novecentos e setenta e três reais);
- b) Office-boy:.....R\$ 973,00 (novecentos e setenta e três reais);
- c) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salário misto (fixo + comissões):.....R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais);
- d) Empregados que percebem salário fixo:.....R\$ 1.030,00,00 (um mil e trinta reais).

2. Fica estabelecido, para o mês de **Dezembro/2015**, a antecipação de correção salarial a ser aplicada sobre os salários normativos supra-acordados, os quais passarão a vigir com os seguintes valores:

- a) Empregados no serviço de limpeza:.....R\$ 1.007,00 (um mil e sete reais);
- b) Office-boy:.....R\$ 1.007,00 (um mil e sete reais);

MTE/SRTE/RS-NUDPRO
23 MAI 2016

[Handwritten signatures]

c) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salário misto (fixo + comissões):.....R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais);

d) Empregados que percebem salário fixo:.....R\$ 1.054,00,00 (um mil e cinquenta e quatro reais).

§1º - Fica acertado que ditos salários somente serão devidos após o trigésimo dia de trabalho efetivo na empresa.

§2º - Os salários previstos no item 1, serão reajustados nas mesmas datas que os salários dos integrantes da categoria profissional.

§3º - Os reajustes estabelecidos no parágrafo anterior serão compensados quando dos reajustes previstos em lei.

§4º - Os pisos de Dezembro/2015 serão base de cálculo para data base de Março de 2016.

§5º - Aplicam-se aos Aprendizizes o salário mínimo profissional estabelecido nesta Convenção Coletiva.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados integrantes da categoria profissional representada pelo PRIMEIRO CONVENIENTE e que exercem suas funções no **Município de Igrejinha/RS, Parobé/RS e Três Coroas/RS**, desde que vinculados às empresas enquadradas na categoria econômica representada pelo SEGUNDO CONVENIENTE, terão os seus salários majorados, **a partir de 01 de março de 2015**, em 7,68% (sete inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), a incidir sobre os salários devidos em 01 de março de 2014, com base na correção automática decorrente da aplicação dos índices do INPC, percentual este que engloba e contempla a inflação integral do período revisado, índice ajustado para cobertura, em definitivo, de perdas passadas.

§1º - Os percentuais de reajuste estabelecidos na presente Convenção Coletiva de Trabalho não se aplicam às remunerações variáveis, percebidas à base de comissões percentuais, se aplicando, porém, à parte fixa do salário misto pelo empregado assim remunerado.

§2º - Toda e qualquer correção, reposição, reajuste salarial, decorrente de lei, medida provisória, etc., que tenha como base índices anteriores a 01/03/2015, está contida nos reajustes ora concedidos, a partir dos quais e de dita data, exclusivamente, passa a fluir novo período de possibilidade, dentro do ordenamento legal, de modificação salarial ou remuneratória, sendo, assim, para todos os efeitos, **zerada a inflação**, na data-base, pelo que as partes declaram quitadas todas e quaisquer perdas salariais havidas no período revisado.

§3º - Os empregados admitidos a partir de 01/03/2014, terão os seus salários reajustados de forma proporcional e de acordo com a seguinte tabela:

ADMISSÃO	REAJUSTE
Março/2014	7,68%
Abril/2014	6,80%
Maió/2014	5,98%
Junho/2014	5,34%
Julho/2014	5,07%

Agosto/2014	4,93%
Setembro/2014	4,75%
Outubro/2014	4,24%
Novembro/2014	3,84%
Dezembro/2014	3,29%
Janeiro/2015	2,66%
Fevereiro/2015	1,16%

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÕES

Nos reajustes, previstos nas cláusulas anteriores, poderão ser compensados os aumentos salariais espontâneos ou coercitivos concedidos a contar de 01/03/2015, exceto os provenientes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, estabelecimento ou de localidade.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - ENVELOPES DE PAGAMENTO

O empregador fica obrigado a fornecer a seus empregados, no ato do pagamento dos salários, discriminativo de pagamentos e descontos efetuados, através de cópia dos recibos ou envelopes de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES

Os empregadores que remunerarem os seus empregados a base de comissões, ficam obrigados a anotar na CTPS dos mesmos ou em contrato individual ou percentual a ser aplicado para o cálculo das comissões.

§ único - Caso seja impraticável o cumprimento do disposto no caput, face a grande diversidade de percentuais, as empresas poderão substituir a anotação na CTPS ou contrato pela entrega ao empregado da tabela de comissões.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O empregador será obrigado a efetuar o pagamento de salários, horas extras e comissões em uma única vez, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA NONA - DIFERENÇAS DECORRENTES DESTA CONVENÇÃO DE TRABALHO

Diferenças devidas aos empregados, em decorrência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão ser pagas aos mesmos em duas parcelas iguais, vencendo-se a primeira em 10/06/2016 (correspondente a 50% do valor total) e a segunda em 10/07/2016, sob pena de serem atualizadas pela variação acumulada do INPC.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA DÉCIMA - IGUALDADE SALARIAL

Não poderá haver desigualdade entre homens e mulheres que prestam serviços ao mesmo empregador, exercendo função idêntica, com o mesmo tempo de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ISONOMIA SALARIAL

Admitido empregado para função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido aquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MERCADORIAS DEVOLVIDAS

O empregador não poderá descontar ou estornar da remuneração das comissões dos empregados valores relativos a mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação da venda, desde que cumpridas as normas internas para as mesmas, que deverão ser de prévio conhecimento do vendedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTOS DE CHEQUES

As empresas não poderão descontar de seus empregados que exerçam funções de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem coberturas ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para a aceitação de cheques, as quais deverão constar de um documento com a ciência prévia do empregado, que receberá cópia do mesmo. A inexistência da ciência do empregado no documento impossibilitará o desconto.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECOLHIMENTO DO FGTS



As empresas recolherão o FGTS, com base no total da remuneração do empregado, devendo entregar aos mesmos os extratos fornecidos pelo banco.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QUEBRA DE CAIXA

É concedida uma gratificação á título de QUEBRA DE CAIXA a todos os empregados que exercem a função de caixa, exclusivamente, no valor de 10% (dez por cento), do salário efetivamente percebido, ficando ajustado, porém, que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUINQUÊNIO

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional do PRIMEIRO CONVENIENTE um adicional de 3% (três por cento) para cada cinco anos de trabalho efetivo, ininterrupto, para o mesmo empregador, a qual incidirá sobre o salário efetivamente percebido pelo empregado, ficando esclarecido que para os empregados que recebem salário fixo e comissão, o adicional incidirá sobre o total percebido (salário fixo + comissão).

§ Único - O tempo de serviço do empregado demitido e readmitido em menos de 30 (trinta) dias pelo mesmo empregador será considerado para fins de pagamento do quinquênio, como ininterrupto.

Comissões

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMISSIONISTA

a) HORA EXTRA

A remuneração da hora extra do comissionista terá por base o valor das comissões auferidas no mês, dividido pelo total de horas normais trabalhadas, acrescentando-se ao resultado o adicional de horas extras.

b) REPOUSO SEMANAL

Fica assegurado ao empregado comissionista o valor do seu repouso semanal remunerado, além da remuneração já ajustada, o qual será calculado tendo por base de cálculo o total das comissões auferidas

no mês dividido pelos dias trabalhados pelo empregado e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus.

c) FALTAS E ATESTADOS MÉDICOS

Para os empregados que recebem apenas comissão, os dias de faltas justificadas ou não, e os atestados médicos, serão descontados ou pagos, com base de cálculo do total das comissões auferidas no mês, divididos pelos dias trabalhados pelo empregado, e multiplicando pelo total dos mesmos.

d) AVISO PRÉVIO/GRATIFICAÇÃO NATALINA/FÉRIAS

O **aviso prévio**, a **gratificação natalina** e as **férias vencidas** (gozadas ou indenizadas), e as **férias proporcionais** (paga quando da rescisão contratual), serão calculados com base na média aritmética das comissões percebidas nos últimos doze meses anteriores, devidamente atualizadas mês a mês, pela variação do INPC entre o mês a que se referem as comissões e o mês anterior ao da satisfação da parcela.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As importâncias pagas pelo empregador a seus empregados, a título de auxílio-alimentação, não integrarão o salário dos mesmos, para quaisquer efeitos legais.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VALE TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados o Vale-Transporte.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXÍLIO CRECHE

Os empregados que tenham filhos menores de 6 (seis) anos de idade terão direito a um auxílio-creche mensal equivalente a **10%** (dez por cento) do salário dos empregados enquadrados na letra "d" da cláusula 3ª supra, por filho, independentemente de qualquer comprovação de despesa, ficando, ajustado, porém, que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

§1º - Fica isento do pagamento referido no caput os Empregadores que mantenham creches próprias ou conveniadas.

§2º - O casal que for empregado de uma mesma empresa fara jus, tão somente, a uma cota de auxílio-creche, por filho matriculado.

§3º - O auxílio creche não será devido às empregadas, durante o período de gozo do auxílio maternidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas ficam obrigadas a pagar a seus empregados estudantes ou que possuam filhos menores de 18 (dezoito) anos nesta condição, quando matriculados em cursos oficiais de ensino e comprovada a frequência regular, um auxílio-escolar, anual, em quantia equivalente a **50%** (cinquenta por cento) do salário dos Empregados mencionados na letra "d", da cláusula 3ª, do presente acordo, pagável entre Março e Outubro/2015, ficando acertado, porém, que dita importância não fará parte integrante do salário dos mesmos, para qualquer efeito legal, caso não tenha sido realizado o pagamento acima mencionado, deverá ser quitado juntamente com o pagamento da 1ª parcela das diferenças decorrentes desta Convenção Coletiva de Trabalho.

§ Único: Ficam isentas do pagamento referido no *caput* as empresas que mantêm tal tipo de auxílio a seus empregados, garantido, no entanto, o valor mínimo acima acordado. Afora isto, o empregado que tenha seu contrato de trabalho rescindido e que já tenha recebido o auxílio escolar não fará jus a novo pagamento em outra empresa que porventura venha a ser admitido.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento de empregado, pagará a empresa aos beneficiários do mesmo, um auxílio funeral equivalente a dois salários normativos da função por ele exercida, vigente, à época do fato, ficando, no entanto, dispensadas de tal pagamento as empresas que mantiverem seguro de vida em grupo para os seus empregados.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

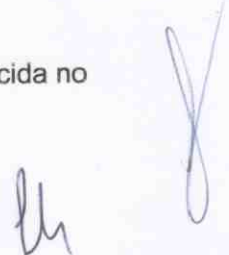
Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PERÍODO EXPERIMENTAL

O contrato de experiência não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias, devendo as empresas fornecer cópia do mesmo, quando da admissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO

As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do empregado da função exercida no estabelecimento.



Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTOS EM SEXTAS-FEIRAS OU VÉSPERA DE FERIADO

O pagamento de salário ou rescisão contratual, quando em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser feito em moeda corrente nacional ou através de depósito bancário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JUSTA CAUSA

O empregador fica obrigado, em caso de rescisão por justa causa, fornecer aos empregados demitidos, quando solicitado, documento que especifique a falta grave que teria motivado a respectiva despedida.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO

- a) Aos empregados integrantes da categoria, fica assegurado, um aviso prévio de 30 (trinta) dias, com um acréscimo de 05 dias resultantes da soma dos 03 (três) dias estabelecidos na legislação vigente (Lei 12.506/2011), com 02 (dois) dias, estabelecido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a serem pagos por ano de trabalho ou fração igual ou superior a 06 meses, até o máximo de 60 (sessenta dias), perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- b) O acréscimo de dias descrito na alínea 'a' só será devido pelo empregador se a demissão for efetuada por este.
- c) Se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, poderá o empregado, durante o aviso prévio, optar pela redução de 02 (duas) horas no início ou no fim da jornada de trabalho.
- d) Os empregadores que exigirem de seus empregados o cumprimento do aviso prévio sem comparecimento ao trabalho, deverão fazê-lo por escrito.
- e) O empregado que, em cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de outro emprego, terá direito de se desligar da empresa de imediato, percebendo os dias trabalhados no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.
- f) Ficam proibidas alterações das condições de trabalho, inclusive no local do mesmo, durante o aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de empregado que exercer cargo de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO



As empresas fornecerão a seus empregados a cópia do contrato de trabalho, desde que o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS

Quando requerido, o empregador fica obrigado a entregar ao empregado demitido a relação dos seus salários durante o período trabalhado ou incorporado no Atestado de Afastamento e salários (AAS), de acordo com o formulário oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento do aviso prévio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - IMPOSTO DE RENDA

É obrigação do empregador fornecer a seus empregados, no caso de rescisão de contrato, a informação anual de rendimentos, para fins de imposto de renda.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTOS E LOCAIS PARA REFEIÇÕES

É obrigação do empregador colocar assentos nos locais de trabalho, para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público. Deverão, ainda, manter, quando não dispensarem seus empregados pelo período necessário para fazerem o lanche ou a refeição, local apropriado e em condições de higiene para tal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MAQUIAGEM

As empresas que exigirem que as empregadas trabalhem maquiadas fornecerão o material necessário, adequado à tez da funcionária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES



O empregador, que exija o uso de uniforme, ficará obrigado ao fornecimento deste, gratuitamente, em quantidade total de 2 (dois) por ano.

§ Único - Todo o uniforme fornecido além daqueles mencionados no caput serão cobrados dos empregados, cujo valor correspondente será descontado em folha de pagamento.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADA GESTANTE

A empregada que, quando demitida, julgar estar em estado gravídico, deverá apresentar-se à empregadora para ser readmitida, se for o caso, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a concessão do aviso prévio, sob pena de nada mais poder postular em termos de readmissão, reintegração, salários correspondentes, salário maternidade ou garantia provisória de emprego, entendendo-se a última inexistente após o prazo máximo antes previsto.

§ 1º - A empregada gestante terá o seu ponto abonado durante 1(um) dia por mês, no caso de consulta médica, devidamente comprovada por declaração médica ou carteira de gestante.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACIDENTE DE TRABALHO/ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Assegura-se ao empregado, que vier a sofrer acidente de trabalho, o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após o encerramento do auxílio doença.

§1º - Para que ocorra a concessão da estabilidade referida acima é necessário o funcionário ter ficado afastado mais de 15 dias e ter recebido o auxílio doença.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade no emprego no período de 12 (doze) meses anteriores à aposentadoria por idade, por tempo de serviço ou especial, desde que haja comunicação escrita à empresa, pelo interessado.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONFERÊNCIA DO CAIXA



O empregador fica obrigado a proceder a conferência do caixa à vista do empregado por ele responsável, sob pena de não lhes serem facultadas quaisquer posteriores compensações por eventuais diferenças.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DEVOLUÇÃO DA CTPS

As empresas devolverão a CTPS do empregado, devidamente anotada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua entrega ao empregador.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões promovidos pelo empregador, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou considerados como trabalho extraordinário, se realizados após.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e as excedentes com um acréscimo de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - BALANÇOS E INVENTÁRIOS

Quando a empresa realizar balanços ou inventários, deverá fazê-lo dentro do horário normal do trabalho, ou, quando realizadas fora do mesmo, as horas correspondentes deverão ser pagas com os adicionais previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA DE CAIXA - HORAS EXTRAS

As horas dispendidas na conferência de caixa, quando realizadas após a jornada normal de trabalho,



deverão ser consideradas como extraordinárias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

O Empregado estudante, matriculado em escola oficial ou reconhecida, em dia de realização de provas finais de cada semestre ou quando da prestação de exames vestibulares, será dispensado de seu ponto durante meio turno, desde que comunicado o empregador, com 10 (dez) dias de antecedência e comprovada a realização da prova até 48 (quarenta e oito) horas após.

O empregado estudante poderá rejeitar a prorrogação da jornada, caso ela venha a prejudicar lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

O empregador fica autorizado a ultrapassar a duração normal diária de trabalho, respeitado o limite diário e semanal legal, visando a compensação de horas não trabalhadas, sem que este acréscimo seja considerado como trabalho extraordinário, respeitada a seguinte sistemática.

- a) O número máximo de horas a serem compensadas, dentro do período de 60 (sessenta) dias, será de 60 (sessenta) horas por empregado.
- b) As horas excedentes ao limite previsto na letra 'a' serão pagas com o adicional de horas extras previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- c) Caso o Empregador dispense o Empregado do trabalho em algum dia ou parte dele, as horas correspondentes deverão ser pagas normalmente no mês da dispensa ficando, no entanto, este com um saldo devedor de horas, que será compensado com eventual saldo credor de horas.
- d) A compensação dar-se-á sempre de segunda feira a sábado.
- e) Em caso de rescisão contratual, por iniciativa do empregado, antes do fechamento do período estipulado na letra 'a', eventual débito de horas do mesmo para com o empregador será descontado das parcelas rescisórias que o mesmo tenha direito. Eventual crédito a seu favor será pago, com o acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- f) Na hipótese em que a rescisão do contrato de trabalho for da iniciativa do empregador, antes do fechamento do período mencionado na letra 'a', eventual débito de horas do empregado não poderá ser descontado do mesmo e eventual crédito a seu favor será pago, com acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho, juntamente com as parcelas rescisórias.
- g) A faculdade outorgada aos empregadores se restringe ao direito de estabelecer ou não o regime de compensação e, uma vez estabelecido este, o mesmo será aplicado a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização prevista no artigo 60 da CLT, e não poderá ser alterado, sem a anuência expressa dos empregados.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERVALOS ENTRE TURNOS

O intervalo entre um turno e outro, para almoço, não poderá ser inferior a 1(uma) hora, e nem superior a 2 (duas) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INTERVALO PARA LANCHES

Os intervalos usados para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho dos integrantes da categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO DE DESCANSO NA COMPUTAÇÃO

Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional que trabalhem exclusivamente em computação, para cada 90 (noventa minutos) de trabalho, um intervalo de descanso de 10 (dez minutos), sem compensação da duração da jornada normal.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - REGISTRO DE JORNADA

As empresas têm a obrigação de utilizar livro-ponto ou cartão mecanizado, com obrigatoriedade do empregado registrar sua presença no trabalho, consignando o horário de início e de término de cada turno da jornada, bem como a jornada extraordinária.

Faltas

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - SAQUE DO PIS

Os empregados serão dispensados durante 2 (duas) horas, sem prejuízo salarial, para saque das parcelas do PIS, e, durante meio expediente, quando seu domicílio bancário for fora da cidade.

§ Único: A dispensa referida no *caput* não se aplicará àquelas empresas que, em decorrência de convênio com os estabelecimentos bancários, procedam diretamente o pagamento das parcelas do PIS.



Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CARNAVAL

As empresas comerciais observarão feriado obrigatório na terça-feira de carnaval, tendo ou não empregados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ATRASOS AO TRABALHO

Em caso de atraso do empregado no horário de serviço, sendo permitido o trabalho naquele dia, fica o empregador impedido de descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS

O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo Único - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

As empresas pagarão 50% (cinquenta por cento) do 13º salário a seus empregados, que o requererem, até o 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso de férias, salvo em caso de férias coletivas.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias



proporcionais, a razão de 1/2 da respectiva renumeração mensal, a partir de 15 (quinze) dias trabalhados dentro do mês.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS PARA CONSULTAS MÉDICAS

O empregador fica obrigado a abonar as faltas ao serviço do empregado no caso de consulta médica ou internações hospitalares de seus filhos, menores de 07 (sete) anos de idade ou excepcionais, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 06 (seis) faltas por ano.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas aceitarão atestados de doenças fornecidos por médicos particulares, desde que conveniados com a previdência social, para justificativa de faltas ao serviço.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO MURAL

O empregador deverá permitir a colocação de um quadro mural de avisos, em local visível, preferencialmente junto ao relógio-ponto, destinado à fixação dos informes relativos às atividades desenvolvidas pelo PRIMEIRO CONVENENTE.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO DE ADMITIDOS E DEDITOS

Os empregadores deverão encaminhar ao PRIMEIRO CONVENENTE cópia das relações de empregados admitidos e demitidos, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato.

Contribuições Sindicais



CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MENSALIDADE SINDICAL

Ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados, associados do PRIMEIRO CONVENENTE, a importância mensal fixada em assembleia geral. Tal valor deverá ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, através de guias próprias a serem fornecidas pelo mesmo ou outra forma de cobrança a ser aprovada na assembleia.

§ Único - Para a efetivação dos descontos mencionados no caput, deverá o PRIMEIRO CONVENENTE entregar aos empregadores a relação de associados, bem como a autorização dos mesmos para o desconto em folha, conforme disposto no art. 545 da CLT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS DOS EMPREGADORES

As empresas, representadas pelo **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana**, SEGUNDO CONVENENTE, ficam obrigadas a recolher a contribuição assistencial, mediante guias próprias em estabelecimentos bancários indicados, em valores fixados conforme a tabela abaixo.

Os valores referidos na tabela abaixo deverão ser pagos em 02 parcelas, a vencer em 25/05/2016 e 25/06/2016.

As empresas enquadradas no SIMPLES NACIONAL deverão efetuar o pagamento igualmente, nos termos descritos no parágrafo acima.

As empresas que não possuem empregados ficam obrigadas ao recolhimento mínimo, no valor de R\$ 102,30 (cento e dois reais e trinta centavos), no mesmo vencimento e termos acima previstos.

Nº de Empregados:	Valor a pagar:
Vencimentos: 25/05/2016 e 25/06/2016	
Nenhum empregado	R\$ 102,30
De 01 a 02 empregados	R\$ 135,68
De 03 a 05 empregados	R\$ 187,36
De 06 a 10 empregados	R\$ 255,20
De 11 a 20 empregados	R\$ 385,49
De 21 a 50 empregados	R\$ 772,06
Acima de 51 empregados	R\$ 1.520,44

Empresas associadas ao **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana** ficam isentas do recolhimento da contribuição assistencial dos empregadores, mencionada nesta cláusula.

A contribuição assistencial será aplicada em benefícios assistenciais para a categoria, para implementação de programas de desenvolvimento do comércio em geral e para atender as despesas oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho (editais e publicações, honorários profissionais, assembleias gerais extraordinárias).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS/VIGÊNCIA

Fica prevista que as Contribuições Assistenciais poderão ser cobradas após a vigência da presente Convenção, contudo, somente após o fechamento da Convenção.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS DOS EMPREGADOS

As empresas representadas pelo SEGUNDO CONVENIENTE, recolherão a contribuição para o custeio do Sistema Confederativo de Representação Sindical, a que alude o art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, bem como, a Contribuição Assistencial, segundo critérios fixados pela Assembleia Geral do PRIMEIRO CONVENIENTE, cujos valores serão descontados dos empregados. O não recolhimento na forma e data a que vier a ser definida para o pagamento sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 600 da CLT.

§ primeiro: Fica estabelecido que a entidade profissional deverá informar aos interessados o valor da contribuição fixada no "caput" desta cláusula.

§ segundo: O desconto a que se refere a presente cláusula, garante aos empregados o direito de oposição, manifestada individualmente e por escrito de próprio punho à entidade sindical profissional conveniente, em até 10 (dez) dias da realização da assembleia.

§ terceiro: Havendo recusa da entidade em receber a carta de oposição, o empregado poderá remeter pelo correio, com aviso de recebimento. O trabalhador deverá apresentar cópia da carta de oposição com o recebimento do sindicato profissional ou com o aviso de recebimento do correio para o empregador, para que este se abstenha de efetuar ao desconto.

§ quarto: Para àqueles empregadores que até a data de assinatura da presente convenção, ainda não tiverem recolhido as contribuições previstas para o mês de janeiro/2016, conforme deliberação da Assembléia Geral do primeiro conveniente de 20.07.2015, fica autorizado o seu regular recolhimento com a folha de pagamento do mês de maio de 2016, no valor de 4% do piso dos empregados em geral, vigente na data do recolhimento.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

No ato homologatório da rescisão contratual o empregador deverá apresentar as guias de Contribuição Sindical e Assistencial, referentes à última Convenção Coletiva de Trabalho vigente, recolhidas em favor das entidades convenientes ou a Certidão de Regularidade Sindical fornecida por estas.

§ Único - Na hipótese do empregador não apresentar as guias ou CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL prevista no caput desta cláusula, será informado à Superintendência Regional do Trabalho do descumprimento do pagamento das referidas contribuições, bem como, será exigida a devida ação fiscal dos auditores do trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO



O processo de revisão ou prorrogação da presente Convenção Coletiva de Trabalho far-se-á mediante provocação por escrito de qualquer uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias) do término de sua vigência, através da negociação direta entre os convenentes.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - GUIAS CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas encaminharão ao PRIMEIRO CONVENENTE cópias das guias de contribuição sindical acompanhada da relação nominal dos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DIVULGAÇÃO DO PLR

As PARTES CONVENENTES se comprometem a divulgar e incentivar os seus associados referente à lei da participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ELEIÇÃO DE CIPA

As empresas deverão comunicar ao PRIMEIRO CONVENENTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, a eleição da CIPA.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ESTAGIÁRIOS

Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários no percentual máximo de 10% (dez por cento) do seu quadro de empregados.

§ 1º - fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estejam relacionadas com a sua formação profissional e curricular.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo



CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - BASE TERRITORIAL - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados no Comércio, com abrangência territorial em **Parobé/RS, Igrejinha/RS e Três Coroas/RS.**

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MULTAS

As empresas que descumprirem qualquer das cláusulas do presente acordo, que contenham obrigação de fazer, exceto aquelas que já tenham multa especificada, e uma vez notificadas para cumprimento, não o fazendo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sofrerão uma multa no valor de 8 % (oito por cento) do salário previsto na letra "d", da cláusula 3 supra, por empregado prejudicado, pagas através do primeiro conveniente.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

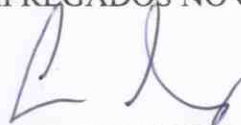
O EMPREGADOR deverá fornecer aos empregados o comprovante de recebimento de quaisquer documentos que por estes lhes sejam entregues, desde que solicitados.



SILVANA MARIA DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA



LUCIANO FRANCISCO HERZOG

Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

ANEXOS
ANEXO I - ATA

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE
TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR021713/2016

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, CNPJ n. **91.110.585/0001-58**, localizado(a) à Rua Alfredo Felipe Kraemer, 424, prédio, Petrópolis, Taquara/RS, CEP 95600-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **SILVANA MARIA DA SILVA**, CPF n. 503.329.290-00, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 21/01/2015 no município de Taquara/RS;

E

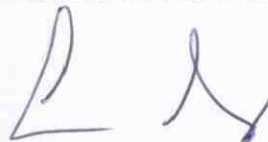
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, localizado(a) à RUA GENERAL EMÍLIO LÚCIO ESTEVES, 1180, SALA 306, SAGRADA FAMILIA, Taquara/RS, CEP 95600-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **LUCIANO FRANCISCO HERZOG**, CPF n. 009.916.950-97, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 21/01/2015 no município de Taquara/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR021713/2016, na data de 20/05/2016, às 09:01.

_____, 20 de maio de 2016.


SILVANA MARIA DA SILVA
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA



LUCIANO FRANCISCO HERZOG
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

